



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11502 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

**ESCOLARIZAÇÃO FEMININA NA REPÚBLICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ESCOLAS DOMÉSTICAS EM MINAS GERAIS E SÃO PAULO (1922-1930)**

Palloma Victória Nunes E Silva - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

### **ESCOLARIZAÇÃO FEMININA NA REPÚBLICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ESCOLAS DOMÉSTICAS EM MINAS GERAIS E SÃO PAULO (1922-1930)**

A Primeira República (1889-1930) é marcada por mudanças nos setores sociais e políticos, dentre eles: a derrubada da monarquia e a instauração de um novo cenário político; a defesa de um estado laico; a disseminação dos ideais iluministas alavancados pela Revolução Francesa; e a passagem do sistema agrário-comercial para o sistema urbano-industrial. Dessa forma, “o novo regime, imaginava-se, abrigaria a nação laica, a federação harmoniosa e progressiva, ao outorgar existência política ao povo, retiraria do anonimato homens e mulheres comuns, alcançando-os à cidadania política” (MONARCHA, 2016, p. 132).

O processo de enfraquecimento do poder da Igreja e sua ligação com o Estado, já se fazia presente em meados de 1870 tendo sua influência comprometida. “[...] a base da República seria constituída de cidadãos, representados na direção do Estado por um presidente eleito e pelo congresso” (FAUSTO, 2006, p. 245). A proposta de uma nova organização social e a luta da Igreja pelo seu prestígio e espaço perdido culminaram em importantes marcos na história da Educação que se fazem necessários para compreender o contexto histórico da discussão proposta.

Nesse ínterim, os republicanos colocam em pauta a discussão de que a sociedade carecia de se modernizar, acelerar o movimento econômico, se urbanizar e industrializar para acompanhar as expansões que ocorriam mundialmente, porém, os altos índices de

analfabetismo obstaculizavam a tentativa de avanço do país. Veiga (2007, p. 237) afirma que “na época da proclamação da República a população era estimada em 14 milhões de habitantes, com 85% de analfabetos”.

A discussão acerca da expansão da educação já estava em pauta mesmo antes da Proclamação da República. A Constituição de 1824 estabelecia a proposta de “Instrução primária, e gratuita a todos os Cidadãos” (BRASIL, 1824, p.1), porém, não representou avanço ou acessibilidade de todos à educação, pois negros, escravizados alforriados, de acordo com o art. 6º, não eram considerados cidadãos (BRASIL, 1824).

Debates sobre a educação feminina já se faziam presentes desde o Império, como podemos notar nas denúncias feitas por Nísia Floresta acerca da “condição de submetimento em que viviam as mulheres no Brasil e reivindicava sua educação, elegendo a educação como o instrumento através do qual essa meta seria alcançada” (LOURO, 2020, p. 443). Nesse balbucio de proposta de ampliação no campo educacional com a República, a educação feminina obtém espaço considerando como propósito elevar essa sociedade, visando a modernidade, pela mulher, para que esta se instale como profissional do lar e mais educada, de forma que “uma legião de boas donas de casa que formará outras legiões que hão de reformar a sociedade de amanhã” (BRANT, 1952, p.54).

O contexto histórico para compreensão desse estudo abarca então desde a Proclamação da República (1889) e em seguida, evidenciando o recorte temporal elegido, sendo o ano de 1922, com a instauração da Escola Doméstica de Baroneza de Rezende, até 1930, momento que marca o fim da Primeira República (1930) e a ruptura da política Café com Leite. As categorias de análise concernem a partir da educação, modernidade, progresso, religião e política.

Destacamos o papel da igreja nesse estudo, pois, alicerçada em sua proposta de ampliar a oferta de educação visando a recuperação de seu *status quo* aluído com a defesa dos republicanos por um estado laico, a Igreja, por meio de congregações, fomenta a criação de instituições de ensino secundário, porém, frequentado, em suma, para filhos de famílias abastadas. Essas Congregações estrangeiras iniciam sua chegada no país durante a primeira metade do século XIX, sendo esse movimento justificado por três elementos: “A busca pela retomada de espaços políticos por parte da Igreja Católica com o estímulo à *missão ad gente*, a perda de espaço das congregações docentes em alguns países como a França, e a feminização do catolicismo ocorrida durante o século XIX na Europa” e posteriormente, “teve seu ápice nas primeiras décadas do século XX” (LEONARDI, 2012, p. 182), com a chegada de 34 congregações femininas no Brasil entre os anos de 1900 e 1912.

Em suma, a laicização, defendida pelos republicanos, do Estado nesse período possibilitou a vinda de novas congregações para o país, tendo uma significativa expansão e disparidade de novas congregações no país durante a Primeira República em relação ao Segundo Reinado. Nessa perspectiva, a criação de colégios e escolas pela Igreja teve o intuito

de promover uma aproximação com as elites para fomentar/financiar obras diocesanas e obter uma fonte estável. “Através da encíclica *Quanta cura e o Syllabus errorum*, a Igreja condenava os "erros modernos", a saber: o racionalismo, o liberalismo, o socialismo, o protestantismo, o espiritismo e a maçonaria” (LEONARDI, 2004, p. 79), no total, o documento contém 80 tópicos sobre a sociedade considerados errados pela Igreja. Dessa forma, a orientação para expansão da igreja em todo o território brasileiro, se consistia em estender igrejas e seminários, escolas, jornais ou periódicos, construção de palácios episcopais e construção ou reforma das catedrais (LEONARDI, 2004) visando combater esses erros modernos apontados na encíclica.

De modo a atender os interesses, tanto do Estado quanto da Igreja, a aliança entre estes inicia uma retomada na década de 20, de acordo com Azzi (1994), significava por um lado, o Estado obter o apoio da Igreja para legitimação de seu poder e manutenção social, e a Igreja compreendia ser uma forte aliada ao Estado para esse objetivo, pois presumia que a ordem apenas poderia ser constituída através da pregação de valores morais e religiosos, e destarte, visava a aliança como forte estratégia para retomada de seu prestígio e ação na sociedade brasileira.

A retomada dessa aliança suscitou a criação de escolas dirigidas ou monopolizadas pelas Congregações católicas, dentre ginásios e escolas confessionais (Escolas Normais) no país, que foram criadas a partir das lacunas de problemas sociais que o Estado republicano não auferia solucionar, apoiando a Igreja como um mecanismo de assistência. Dentre estas instituições instauradas, destacamos as Escolas Domésticas, que nesse decurso, estavam voltadas para a preparação da mulher para o lar.

Nesse ínterim, a Escola Doméstica Baroneza de Rezende foi instaurada em 1922 na cidade de Piracicaba (SP), tendo a direção confiada às Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição, vindas da Áustria, de acordo com o jornal Correio Paulistano (1922, p. 4); e a Escola Doméstica de Brazópolis em Brazópolis (MG), por sua vez, construída em 1927 por iniciativas civis e políticas, para atender à filhas de famílias mais abastadas, porém com vagas custeadas pelo município e estado para moças desafortunadas, sob direção das Irmãs da Providência, como afirma na Revista Acaica (BRANT, 1952).

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é compreender o projeto educacional empreendido pelas instituições elencadas, afim de interpretar as principais intenções relativas à missão das escolas diante da conjuntura social, econômica e política que emergiu na Primeira República. Destarte, a pergunta que norteia essa pesquisa é: diante da proposta convencionalizada pelos ideais republicanos de educar para modernizar, industrializar e civilizar, qual foi o projeto de sociedade proposto por essas Escolas Domésticas e a quem se destinavam? Portanto, buscou-se construir uma análise acerca das especificidades políticas no que tangem as relações entremeadas com educação, religião, pobreza e trabalho no âmbito de suas implantações, seus projetos educacionais e as compreensões da importância e emergência destas instituições.

O procedimento metodológico se ancora na perspectiva do materialismo histórico dialético, compreendendo como processo histórico pautado nos conflitos e/ou processos sociais, políticos e econômicos, considerando que toda e qualquer formação social historicamente dada pode ser analisada e relacionada, compreendendo que a realidade é dinâmica, assim, articulando o contexto local com o estadual e nacional na associação de ideias políticas, educacionais e pedagógicas que estão imbricadas entre si. Ao propor analisar duas instituições de Estados diferentes, será realizado um estudo comparado entre estas, para tal, será realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, na qual terá a comparação como operação lógico-metodológica, utilizando, como referência bibliográfica, Barros (2007), Nóvoa (2009), Araújo (2018), Schriewer (2009), dentre outros.

Os resultados parciais apontam que a construção das Escola Doméstica Baroneza de Rezende e Escola Doméstica de Brazópolis resultam de iniciativas privadas de importantes famílias abastadas das regiões que foram instauradas, e mesmo antes de suas implantações, foram confiadas às congregações femininas que dispuseram da elaboração e implementação do currículo e das práticas escolares, voltadas para a formação e profissionalização da mulher para o lar, dialogando com os ideais republicanos e a visão de educação feminina europeia, na qual dispunha da concepção da educação da mulher para o lar e para a prole, formando o homem do amanhã e viabilizando, assim, a modernidade e progresso que os republicanos defendiam e ao mesmo tempo, seguindo os preceitos religiosos da época para a mulher.

**Palavras-Chave:** Escola Doméstica. Primeira República. Educação Feminina. Igreja.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. C. S. Manuais Pedagógicos em Comparação: *Cours Pratique de Pédagogie*, de Daligault (1851), e *Compêndio de Pedagogia*, de B. J. M. Cordeiro (1874). **Cadernos de História da Educação**, v. 17, n. 1, p. 101-115, 16 maio 2018.

AZZI, Riolando. **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994.

BARROS, José D'Assunção. História comparada – Um novo modo de ver e fazer a história. **Revista da História Comparada**, vol. 1, nº 1, p. 1-30, 2007.

BRASIL. **Constituição (1824) Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm)>.

BRANT, Celso (org.). **Revista Acaiaca**, Belo Horizonte: Acaiaca, p. 146-147, 1952.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

LEONARDI, P. “Puríssimo Coração”; uma escola de elite e sua imagem. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 77-95, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643813>. Acesso em: 2 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Igreja católica e educação feminina: uma outra perspectiva. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 34, p. 180–198, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i34.8639587. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639587>. Acesso em: 28 jul. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. - 10. Ed. - São Paulo: Contexto, 2020. Páginas 443 a 481.

MONARCHA, Carlos. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros: (Brasil séculos XIX e XX)**. Uberlândia: EDUFU, 2016.

NÓVOA, António. Modelos de análise em educação comparada: o campo e a carta. In: SOUZA, Donaldo Bello de; MARTINEZ, Silvia Alicia (Org.). **Educação comparada: rotas de além mar**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 23-62.

PAPA PIO IX. **Carta Encíclica *Quanta cura e o Syllabus errorum***. Vaticano: 1864.

SCHRIEWER, Jürgen. Aceitando os desafios da complexidade: metodologias de educação comparada em transição. In: SOUZA, Donaldo Bello de; MARTINEZ, Silvia Alicia (Org.). **Educação comparada: rotas de além mar**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 63-104.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007. 328 p.

## Jornais

*Correio Paulistano*, em 27 de março de 1922, n. 21.094 p. 4.